



Conselho Provincial de Luanda

ACTA N.º 3/2012

Aos 09 dias de Julho de 2012, na sede da Ordem dos Advogados de Angola, sita em Luanda, na Rua Ho Chi Min, Edifício da Direcção Nacional de Estatística, pelas 15H00, realizou-se uma reunião do Conselho Provincial de Luanda (CPL).

A reunião, presidida pela Dra. Mariza Sequeira, na qualidade de Presidente do CPL, contou com a presença dos seguintes membros:

- Dr. Evaristo Maneco;
- Dr.^a Leniza Sampaio;
- Dr.^a Idalette de Sousa;
- Dr. Flaviano Mafiló;
- Dr. Aldemiro Morais
- Dr.^a Anabela Silva Bengue;
- Dr.^a Helena Prata.

Ausências:

Dr.^a Dejanine Sousa Santos (justificada);

Dr. António Joaquim (justificada);

Dr. Luís Martinho Lunga (justificada);

Dr. Gracione Paulo (justificada)

A reunião teve a seguinte proposta de ordem de trabalhos:

1. Aprovação da acta da reunião anterior;
2. Avaliação do grau de execução das deliberações tomadas na 1.^a Secção do CPL;
3. Aprovação do calendário das reuniões do CPL, conforme art.º 12.º do Regulamento Interno;
4. Eventual avaliação de participações disciplinares;

Rua Ho Chi Min (Edif. Nacional de Estatística) Tel. 222 320352/326330- Tel Fax. 222 322777

Site: www.oaang.org

E.Mail: ordemadvogadosangola@netangola.com

Nif. 7402006905

Luanda - Angola

5. Informações aos membros sobre algumas deliberações mais relevantes do CN, v.g. a perspectiva da proposta de introdução de novo cartão de identificação dos advogados;

Aberta a reunião e submetida a proposta de ordem de trabalhos, foi a mesma aprovada sem qualquer alteração e discutidos os pontos dela constantes, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:

1. Neste ponto, foi aprovada a acta da reunião anterior, sem qualquer alteração, que depois de assinada deverá ser arquivada na Secretaria do CPL;
2. No tocante a esse ponto, ficou assente que foram executadas todas as deliberações, com excepção da relativa ao pedido de inscrição, como membro desta Ordem, da cidadã Caboverdiana.

Nesse ponto foi também analisada a situação dos supostos advogados dos quais, segundo informações, um deles de nome António Almeida Miguel se encontra detido na Cadeia Central de Luanda (CCL) e o outro de nome Domingos Manuel Gonçalves Escórcio que, usando a falsa qualidade de advogado, extorquiu ao cidadão Sebastião Domingos Tondela o valor de USD 900,00 (novecentos dólares norte americanos). Relativamente a esse último o Conselho deliberou fazer a competente participação criminal e o devido acompanhamento.

Quanto ao já detido, ficou deliberado fazer-se as devidas diligências no sentido de se saber em que unidade penitenciária se encontra, no sentido de se dar também o devido acompanhamento. Para a execução dessas deliberações foram indicados os Drs. Evaristo Maneco e Flaviano Mafiló.

3. Quanto a esse ponto, ficou deliberado que as reuniões do Conselho Provincial de Luanda passarão a ter lugar nas 1.ªs quartas-feiras de cada mês, sendo certo que quando o dia agendado para a reunião coincidir com um feriado, a mesma deverá realizar-se no primeiro dia útil seguinte.



4. Neste ponto foi analisada a resposta apresentada pelo Dr. Waldemar Freitas relativamente ao pedido de informação solicitado pelo Conselho Provincial sobre a mudança de patrono e foi então deliberado abrir-se um processo de inquérito para se saber ao certo o que se terá passado para que o ilustre colega se encontre na situação que motivou essa deliberação. Para a execução dessa deliberação foi indicada a Dr.^a Anabela Silva Bengue.

Foi também analisado o pedido de inscrição para advogado do Dr. Joaquim de Freitas que em face de determinados aspectos não devidamente esclarecidos relativamente ao seu estágio, deliberou-se remeter o assunto à Comissão de Estágio para a competente análise e o devido parecer.

Foi ainda analisada a informação apresentada pelo Dr. Beza Emanuel na qual recusa continuar a patrocinar o estágio do Dr. António Maseka Matolo, bem como a resposta por esse apresentada e em face disso, deliberou-se notificar o Dr. Beza Emanuel da atitude e posição manifestada pelo então seu estagiário, apelando-o no sentido de reconsiderar a sua decisão.

Quanto à participação apresentada pelo Sr. Bubacar Bico Djalo contra o Dr. Afonso Pedro, ficou deliberado informar o participante que o assunto por ele apresentado é do foro estritamente privado ou seja um acto praticado à margem da exercício da actividade de advogado, facto que impede o Conselho Provincial de Luanda de tomar qualquer medida disciplinar contra o seu associado. Entretanto, caso queira, deverá fazer recurso ao patrocínio judiciário para a salvaguarda do seu direito. Para a execução dessa deliberação foi indicada a Dra. Leniza Sampaio.

Nesse ponto, aproveitou a Presidente do Conselho Provincial informar sobre a publicação em Diário da República de uma empresa com a firma "JUSLEGAIS", cujo objecto social se circunscreve na prática de actos próprios do advogado, e das diligências efectuadas junto do GUICHÉ ÚNICO com vista ao esclarecimento do assunto e tomada de providências. Segundo a Presidente, recebeu garantias da referida instituição em como, de futuro, estariam mais atentos para que situações similares não voltassem a registar-se. Ainda, segundo a Presidente, tentou-se localizar a sede da referida empresa, com base nos dados constantes da escritura, porém, sem sucesso.

Todavia, o Conselho deliberou levar a cabo outras diligências no sentido de oficializar os sócios da sociedade e serem tomadas as devidas providências, tendo sido indicado o Dr. Aldemiro Morais, para a execução desta deliberação.

Foi também analisado o pedido apresentado pelo Doutor Walter Jacinto António, concernente à dispensa do estágio por possuir o grau de Doutor em Direito. O Conselho deliberou indeferir o seu pedido por não reunir os requisitos legalmente previstos para o efeito, tendo a Dra. Helena Prata ficado com a missão de executar a presente deliberação.

Quanto ao pronunciamento feito pelo Dr. André Osvaldo relativamente à exposição apresentada pela Sr.^a Zietz do Amaral, ficou deliberado fazer um estudo no sentido de se apurar se o colega violou ou não, com a sua conduta, o disposto na al. a) do art.º 54.º dos Estatutos da Ordem dos Advogados de Angola (proibição da quota litis). Para essa empreitada foi indicada a Dra. Leniza Sampaio.

Quanto ao pedido de intervenção apresentado pela Sr.^a Doroteia Manuel, ficou deliberado instar-se o ilustre advogado, Dr. Domingos António Gonga, no sentido de se abster de praticar actos dilatórios e cumprir com os propósitos para os quais foi indicado pelo Conselho Provincial de Luanda: assistência judiciária, tendo ficado a Presidente do Conselho encarregue de executar esta deliberação.

Relativamente à participação feita pela Sr.^a Delfina Viriato Felgueira contra o ilustre advogado, o Dr. Miguel Faria de Bastos, o Conselho deliberou instaurar um processo disciplinar ao referido advogado, apontando-se três nomes como possíveis instrutores, nomeadamente, os Drs. Filipe Paulino, Pulquéria Van-Dúnem Bastos e Isabel Peliganga, sendo que o Dr. António Joaquim se encarregará das devidas diligências para se encontrar então o instrutor.

Relativamente ao processo disciplinar instaurado ao Dr. Miguel Ângelo Vieira, os membros após tomarem contacto com os actos já praticados pelo instrutor, designadamente a audição do advogado arguido, recomendaram o prosseguimento dos autos, nos exactos e precisos termos do Regulamento Disciplinar dos Advogados (RDA).

Quanto à comunicação feita pela 1.^a Secção da Sala do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda na pessoa da Sr.^a Dr.^a Juíza Isabel Celeste relativamente à ausência dos Advogados Nelson Couto Cabral, Rui Guerreiro Passos e Gilberto Buanga da Silva em audiência, depois de devidamente notificados, foi deliberado abrir-se um processo de inquérito, ficando a Dra. Idallet de Sousa encarregue de executar esta deliberação.

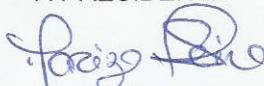
Quanto a participação feita pela Sr.^a Branca Miguel André contra o Advogado Estagiário, o Dr. Eduardo Gomes, o Conselho entendeu não haver quaisquer factos que levem a concluir que o referido advogado tenha actuado com negligência no âmbito da assistência judiciária que vinha prestando à referida cidadã e, por isso, deliberou indicar um outro advogado. Essa deliberação deverá ser executada pela Secretaria do Conselho Provincial de Luanda.

O Conselho debruçou-se também sobre a exposição feita pela Sra. Lisete Lourenço, tendo o Conselho deliberado no sentido de se solicitar o devido pronunciamento da Dra. Neusa Melão Dias, para posteriormente tomar-se uma posição sobre o assunto. Ficou também encarregue de executar essa deliberação a Secretaria do CPL.

Finalmente, quanto ao ofício da 2.^a Secção da Sala do Cível e Administrativo assinado pela Sra. Dra. Juíza Iracema de Azevedo, o Conselho deliberou primeiro a consulta ao processo antes de se tomar qualquer decisão relativamente ao assunto nele vertido. Para a execução desta deliberação foram indicados os Drs. Evaristo Maneco e Helena Prata.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada quando eram 19H00, tendo sido lavrada a presente acta que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente.

A PRESIDENTE



Mariza Sequeira